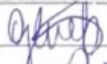

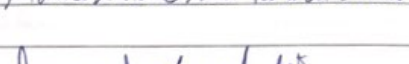
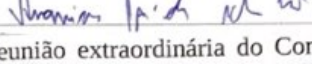
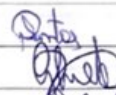
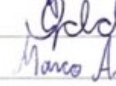

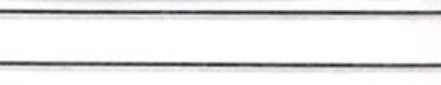


Gláucia Luany Neto	
Liliane Galdino	
Marco Antônio Assis Paiva de Oliveira	
<b>Membros Suplentes</b>	
Ananias José da Silva Neto	

Ata da 173ª (centésima septuagésima terceira) reunião extraordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada no dia dois de julho de dois mil e vinte e quatro. A reunião foi realizada presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, localizada na Avenida Maria da Conceição Del Duca, 150, Jaraguá, e coordenada pela presidente, Rosimaire Santos. Participaram da reunião, os seguintes membros: Rosimaire Cássia dos Santos (titular); Gláucia Luany Neto (titular); Liliane Galdino (titular); Marco Antônio Paiva (titular); Maria das Graças Epifânio (suplente). Todos os conselheiros foram comunicados sobre a reunião por meio da mensagem enviada no grupo COMPAC BD no Whatsapp onde foi informado a data, horário, local e pautas da reunião. As pautas foram: 1 – Construção de Kitnet em área de entorno do Conj. arquitetônico, urbanístico e paisagístico “Vila Militar; 2 – Construção de necrotério e escritório na área de entorno da Paineira da Santa Casa; 3 – Pedido de demolição de imóvel localizado na área de entorno da Paineira da Santa Casa; 4 – Pedido de reforma de imóvel localizado na área de entorno da Biquinha; 5 – Ambulantes na Festa de Reinado de Nossa Senhora do Rosário; 6 – Requerimentos de pedidos de tombamento; 7 – Criação da Casa da Cultura. A presidente Rosimaire Santos iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros e apresentou a primeira pauta da reunião. Ela consiste em um pedido de construção de uma Kitnet na Rua Capitão Jaime Gotelip que está em área de entorno do Conj. arquitetônico, urbanístico e paisagístico “Vila Militar, após análise realizada pelo conselheiro Marco Antônio, foi constatado que parte do terreno está localizado em área de proteção ambiental e que devido a essa informação, o pedido deve ser encaminhado para análise do Conselho do Meio Ambiente e somente após um parecer do mesmo que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural deverá votar pela aprovação ou não da obra. Todos os conselheiros foram favoráveis pelo encaminhamento do pedido para o Meio Ambiente. A segunda pauta foi sobre um pedido de construção de uma edificação na Rua Dona Mariquinha, localizada na área de entorno do bem protegido Paineira da Santa Casa. A edificação de dois andares e nove metros de altura abrigará um novo necrotério e uma área de escritório e está localizada na parte de trás da Santa Casa. A conselheira Liliane Galdino perguntou se a obra impactará na visibilidade da Paineira da Santa Casa, o conselheiro Marco Antônio lembrou que a construção ficará atrás da Santa Casa, no lugar de uma edificação já existente e que a nova obra não impactará na visibilidade da Paineira. Diante dos fatos argumentados, todos os conselheiros votaram a favor da realização da obra. A terceira pauta foi um pedido de demolição de uma residência localizada na Rua dos Operários nº 93 que faz parte de entorno do bem protegido Paineira da Santa Casa. O conselheiro Marco Antônio informou que o bem não é inventariado e nem tombado, que o imóvel está somente localizado na área de entorno. O conselheiro também lembrou que o pedido era somente para demolição e que caso o proprietário do imóvel venha a construir algo no terreno, o pedido deverá ser encaminhado novamente para análise do Conselho, mas lamentou o fato do imóvel ser de construção antiga e não ter nenhuma proteção para o mesmo. Todos os conselheiros votaram favoráveis ao pedido de demolição e também para o encaminhamento de uma futura construção no terreno para análise do Conselho. A quarta pauta foi um pedido de reforma de imóvel na Rua Expedicionários nº 78 e que está localizado em área de entorno do bem tombado Biquinha. Foi constatado que o imóvel não é inventariado e nem tombado e que o pedido é somente de reforma do mesmo. Os conselheiros entendem que a casa possui uma arquitetura antiga e que poderia ter sido inventariada, mas como não possui nenhuma proteção, o pedido de reforma foi autorizado por unanimidade. A quinta pauta foi sobre a situação dos ambulantes na Festa de Reinado de Nossa Senhora do Rosário, patrimônio imaterial de Bom Despacho. A conselheira Maria das Graças tomou a palavra onde se mostrou preocupada com a descaracterização da festa devido ao grande número de ambulantes e de brinquedos no entorno da Praça da Igreja do Rosário, dificultando a passagem e

procissão das guardas e congos durante a Missa Conga realizada no domingo da semana da festa. O conselheiro Marco Antônio sugeriu que fosse delimitado uma área no entorno da Praça do Rosário proibindo a montagem de brinquedos e barracas, a fim de facilitar a passagem das pessoas. O conselheiro sugeriu que as seguintes ruas: Rua Antônio de Romão, Rua das Palmeira e a Rua Santa Clara, facilitando o trânsito de guardas e congos, além do acesso de pessoas. A conselheira Gláucia se mostrou preocupada com a quantidade de brinquedos montados no entorno da Praça durante a festa e concordou em delimitar a área, o que foi acompanhado pela conselheira Liliâne. Após a sugestão do conselheiro, todos votaram a favor de delimitar uma área a fim de proibir a montagem de brinquedos e barracas. A quinta pauta foi sobre requerimentos para pedidos de tombamento. A presidente Rosimairé fez a leitura do requerimento de tombamento da edificação onde abrigou o antigo Armazém Ferroviário, atual sede da Associação de Doadores de Sangue de Bom Despacho (ADSBD), situada à Praça Olegário Maciel, nº 831, apresentado pela senhora Carolina Moreira, cidadã e consultora dos trabalhos de patrimônio cultural deste município. No requerimento a requerente elenca as razões para o tombamento, indicando que se trata de um exemplar arquitetônico com referência à ferrovia da Estrada de Ferro Paracatu, sendo um marco 'simbólico do desenvolvimento local. Ainda no contexto da extinta ferrovia, Bárbara Freitas, servidora da Secretaria de Cultura e responsável pelo Museu Ferroviário, solicitou o tombamento da edificação onde funcionou a estação ferroviária de Bom Despacho e que atualmente abriga o Museu, situada à Praça Olegário Maciel, e que devido a um problema no cadastro da prefeitura a numeração da edificação será informada na próxima reunião do conselho, a presidente informou que a edificação do Museu Ferroviário merece ser protegida para que a memória ferroviária seja valorizada neste município. Em seguida, apresentou a solicitação de tombamento do Cruzeiro da Passagem feita pelo prefeito municipal, Dr. Bertolino da Costa Neto, que aponta que o Cruzeiro da Passagem é um marco religioso, além de ser detentor de valores histórico, simbólico, paisagístico e cultural, que deve ser protegido, sendo de grande importância para os moradores da Passagem que por sua vez, solicitaram a proteção legal ao prefeito. Após a leitura dos requerimentos de tombamentos, os membros do conselho votaram pela aprovação da edificação do antigo Armazém Ferroviário, situado à Praça Olegário Maciel nº 831, Centro; da edificação que abrigou a estação ferroviária de Bom Despacho, atual sede do Museu Ferroviário, e por fim, também votaram pelo tombamento do Cruzeiro da Passagem, situado no povoado da Passagem. O conselheiro Marco Antônio lembrou da importância de um tombamento do Cruzeiro da Passagem, pois além de estar situado em área rural, ele é um marco para a comunidade da Passagem e que há todo um misticismo em torno do Cruzeiro, a conselheira Gláucia concordou com o levantamento feito pelo conselheiro Marco Antônio e citou que no local é realizado várias procissões ao longo do ano. A conselheira Mari das Graças também citou a importância do tombamento do antigo armazém ferroviário e do prédio do Museu Ferroviário, que fazem parte da estrutura da Estrada de Ferro Paracatu, guardando a memória da estação que foi um marco histórico para nossa cidade. Todos os requerimentos foram colocados em votação e foram aprovados por unanimidade pelo conselho. A sexta pauta foi sobre a Casa da Cultura, que estará localizada no antigo Clube Social, imóvel situado no entorno do bem tombado Escola Municipal Coronel Praxedes. A presidente Rosimairé apresentou um projeto arquitetônico para que o antigo Clube Social se transforme na Casa da Cultura de Bom Despacho. A presidente informou que o espaço será contemplado com o Setor Administrativo da gestão da Secretaria de Cultura e Turismo, o Museu da Cidade, o Centro de Memória - Sala Nossa História, a Sala da Academia Bom-despachense de Letras e o Salão Multicultural. A presidente salientou que o Setor Administrativo da Secretaria de Cultura e Turismo vai se encarregar da organização e administração da Casa da Cultura e dos demais setores que compõem a gestão, promovendo o pleno e regular funcionamento dos mesmos, que o Museu da Cidade contará, em seu acervo, peças diversas já coletadas através de doações, ou adquiridas pelo Poder Público Municipal, que possam testemunhar e registrar fatos importantes relacionados com a História Municipal e que já está sendo feito a gestão de acervos através da empresa Triade, o Centro de Memória - Sala Nossa História, que terá um espaço destinado a captação, digitalização, guarda e preservação da memória áudio visual de Bom Despacho. Em relação a Sala da Academia Bom-despachense de Letras, será destinado um espaço para a reunião dos membros e discussão de pautas de interesse literário e por fim a destinação de uma parte para o Salão Multicultural, onde acontecerá apresentações artísticas, exposições temporárias de obras de arte, oficinas de arte, "Workshop, palestras, seminários,

conferencias, fóruns de debate, simpósios, lançamentos de livros e outras atividades de natureza cultural. Diante dos fatos apresentados, o conselheiro Marco Antônio se mostrou muito satisfeito com a destinação do imóvel para a Casa da Cultura e a conselheira Gláucia lembrou da importância de manter a história da cidade viva e que esse espaço será muito importante para a cidade e seus habitantes. Por fim todos os conselheiros votaram a favor do projeto arquitetônico e a destinação do espaço para a Casa da Cultura. O conselheiro Marco Antônio lembrou que após a realização das obras do imóvel, que o conselho faça um pedido de inventário do mesmo, para que o local receba a proteção necessária, todos os conselheiros concordaram com o pedido feito por Marco Antônio. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Marco Antônio Paiva, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

<b>Membros Titulares</b>	
Rosimaire Cássia dos Santos	
Gláucia Luany Neto	
Liliane Galdino	
Marco Antônio Assis Paiva de Oliveira	
<b>Membros Suplentes</b>	
Maria das Graças Epifânio	